

Sarney acusa Mario Amato de fazer declaração "injusta"

14 DEZ 1988

JORNAL DO BRASIL

O presidente José Sarney acusou o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, de fazer declaração "injusta" e "desinformada", ao afirmar que o governo não está cumprindo sua parte no pacto social, através do controle do déficit público. Amato disse, durante reunião entre empresários e o chefe da Casa Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, em São Paulo, que "está cada vez mais difícil convencer a sociedade da viabilidade do pacto social" e apontou a existência de gastos excessivos na administração pública, com empreguismo, protecionismo e mordomias.

A resposta de Sarney a Mário Amato foi provocada, em entrevista coletiva na Escola Naval do Rio — onde o presidente conduziu a solenidade de Declaração dos Guardas-Marinha —, por um jornalista da própria Radiobrás (empresa do governo), que fez a primeira pergunta ao presidente. Sarney aproveitou a deixa para fazer uma defesa de seu governo: "Começamos o ano com uma perspectiva de déficit público de 8%. Terminamos o 1º semestre com 0,7%, e fechamos o mês de setembro com 1,6%. Vamos chegar ao

final do ano com a meta cumprida. Teremos menos de 4% de déficit público, o que mostra um absoluto controle das contas públicas".

Sabotagem — Segundo o presidente, a inflação não é causada somente pelo déficit público. "Não podemos esquecer da parte psicológica, da parte inercial e também dos especuladores", comentou. Sobre o pacto social, o presidente José Sarney queixou-se da existência de sabotadores, preferindo não apontar nomes: "Tem muita gente tentando sabotar o pacto porque tem muita gente ganhando na especulação e ganhando na inflação". O pacto social, segundo Sarney, "tem que dar certo": "Se ele deu certo no México, em Portugal, em Israel, e está dando certo na Argentina, por que no Brasil não iremos ter resultado com o pacto?".

Sarney esquivou-se de comentar a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que fixa em Cz\$ 64.020,00 o salário mínimo de janeiro e determina reajustes reais, acima da inflação, de 5% nos próximos 11 meses. Mas afirmou que, com um aumento "acima do

que a economia pode suportar, teremos um processo inflacionário recrudescido, que vai comer o salário aumentado irresponsavelmente, e teremos o desemprego". Segundo o presidente, a meta final de seu governo é duplicar o valor real do salário mínimo. O projeto aprovado na Câmara dos Deputados será ainda apreciado pelo Senado, para depois ser submetido ao presidente José Sarney para que seja sancionado.

Sobre a sucessão presidencial, marcada para o próximo ano, Sarney disse que ainda não começou. "Estamos na fase das aspirações e não das candidaturas concretas." O presidente não quis comentar sobre uma possível reforma ministerial e administrativa no início do ano: "Nem confirmo, nem desminto".

Na cerimônia da entrega da espada aos novos Guardas-Marinha, formados na Escola Naval — que coincidiu com o Dia do Marinheiro e com a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968, pelo então presidente Costa e Silva, José Sarney entregou a espada ao primeiro colocado da turma, Paulo Renato Rohwer Santos.